

## EDITORIAL

# A Crise Brasileira: Riscos para a Universidade e a Pesquisa

O governo brasileiro tentou dar um tom de surpresa à mais recente crise da economia brasileira. Amparado por grande parte da mídia, chegou mesmo a tentar responsabilizar o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, pelo desencadeamento da crise, em função da moratória decretada por este. No entanto, as medidas tomadas para enfrentar a crise de agosto de 1998 mostram a incapacidade do governo FHC em detê-la, o agravamento das condições de vida da população e o sacrifício de áreas-chave como a saúde, a educação e a pesquisa do país.

SINGER (1998:20)<sup>1</sup> já afirmava que não via saídas para a crise cambial em que o país mergulhou e apontava as suas causas: o sistema financeiro internacional, baseado no capital especulativo, buscando ganhos rápidos com os juros em alta nos “mercados emergentes” e a opção do governo brasileiro que baseou a tentativa de desenvolvimento nacional na entrada maciça desses capitais no país. Segundo esse mesmo autor, desde 1997, no entanto, essa proposta do governo brasileiro já estava derrotada. Nesse artigo já denunciava a alta de juros como medida ineficaz e altamente nociva ao país, já que a euforia do grande capital com o Brasil já estava esgotada.

De lá para cá, a crise aprofundou-se, atingiu um grande patamar em janeiro sem que, fundamentalmente, o governo revisse suas opções. Ao contrário, elevou novamente as taxas de juros, uma das medidas mais combatidas por diversos setores da sociedade brasileira.

Enquanto um novo pacote de medidas para a educação e a pesquisa ainda não é adotado, é bom determo-nos nas medidas tomadas com a crise do segundo semestre de 1998. O decreto 2273 de 8 de setembro passado, por exemplo, e a Medida Provisória número 1701, complementados com a portaria do presidente do CNPq (328/98), constituem verdadeiros ataques à Universidade, à Pesquisa e à Educação em geral no país. O decreto autoriza o corte no orçamento de 1998 e a

---

<sup>1</sup> SINGER, Paul. No Olho do Furacão, *Teoria & Debate*, n. 39, out/nov/dez 1998.

MP estende os cortes para 1999. Para se ter uma idéia da dimensão dos cortes, em 1998 o governo retirou mais de R\$200 milhões destinados à pesquisa e, em 1999, de acordo com as decisões governamentais, deverá haver uma redução de 18,7% das verbas destinadas a esse setor. Diante desse quadro, a portaria do presidente do CNPq praticamente paralisa as atividades desse órgão.

As IFES deverão sofrer um corte de cerca de 102 milhões de reais no seu já minguado orçamento de 1999 e verão subtraídas das suas contas até mesmo o montante arrecadado com os vestibulares. PANIZZI (1998:5)<sup>2</sup> alerta para o risco real de desmonte dos grupos de pesquisa no país, constituídos através de um longo processo e que, apesar das dificuldades, encontram-se em situação de avanço. Os dados são significativos: existem, hoje, 8.544 grupos de pesquisa, segundo o Diretório do CNPq. Esses grupos têm, em média, sete anos de constituição, sendo que 69% deles foram formados após 1990. No total, o país possui 33.675 pesquisadores registrados, dos quais 55% têm titulação de Doutor, e 28%, de Mestre, atuando em todas as áreas de conhecimento. Esse patrimônio, embora ainda pequeno se comparado ao dos países ditos do primeiro mundo, está sob ameaça real de extinção frente às novas medidas adotadas pelo Governo FHC.

Uma outra ordem de medidas governamentais, como a designação do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira para o cargo de presidente do CNPq, nos impõe um outro nível de reflexão sobre os possíveis impactos dessa decisão sobre a pesquisa no país. O principal mentor da Reforma do Estado no Brasil assume a tarefa de formular um projeto de “integração” entre o CNPq e o Ministério da Ciência e Tecnologia. Segundo matéria da Folha de São Paulo, de 07/01/99, a reforma é necessária tendo em vista que “CNPq e Ministério da Ciência e Tecnologia nunca se entrosaram desde a criação do ministério em 1955 e que o atual esquema cria conflitos”.

Dois pontos devem ser aí considerados: os princípios da Reforma do Estado e o lugar nela reservado às instituições de pesquisa.

A Reforma do Estado traz em seu bojo a introdução do princípio da administração pública empresarial, incorporando princípios da administração privada à gestão pública, permeados por duas noções: a de

---

<sup>2</sup> PANIZZI, Wrama Maria. Ciência e Tecnologia: um sistema a ser preservado, InformANDES, n. 87, novembro/1998.

competência e a de cidadão-cliente. Apesar do consenso a respeito da necessidade de melhoria de muitos serviços públicos, de modernização e capacitação, sabe-se que a competência de servidores está associada às condições de trabalho, à clareza do papel a ser executado e às diversas questões específicas e globais que a condicionam.

Entretanto, a visão pragmática e utilitarista da competência associa-se à idéia de que, submetendo-se às regras do mercado, as instituições públicas alcançarão seus objetivos, superando os conflitos e as contradições sociais. MACHADO<sup>3</sup> chama a atenção para o fato de que “não se pode reduzir a condição do cidadão a de usuário de serviços públicos, situando os seus anseios de participação nos limites estritos da satisfação do cliente”. Isso significa que a gestão pública é determinada por diferentes tipos de demandas sociais, não necessariamente associadas à satisfação imediata do “cliente”, como usuário *individual* de um serviço público, mas principalmente às satisfações de caráter coletivo/societário e numa perspectiva de médio e longo prazos. Vale dizer, portanto, que há áreas de atuação do poder público em que a intervenção do Estado é regida por outra lógica, diferente da empresarial e do mercado que, por um lado, ultrapassa a concepção atual de que o papel do Estado é o de simples catalisador de energias e potencialidades governamentais e comunitárias, exigindo a sua intervenção direta como prestador de serviços e, por outro lado, situando essa intervenção numa perspectiva estratégica *social* e não meramente econômica.

Trata-se, aliás, de uma constatação que se encontra presente até mesmo na atual proposta de reforma do Estado, quando analisa a existência de quatro setores, dentre os quais o de “serviços não-exclusivos ou competitivos”, definindo-os como aqueles que são realizados ou subsidiados pelo Estado em função da sua relevância no que diz respeito aos direitos humanos. Dessa forma, reconhece-se que o fomento e a execução de atividades relativas às áreas de ensino, pesquisa e saúde, dentre outras, têm caráter não-exclusivo e, ao mesmo tempo, não-competitivo prevendo-se, na Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que os centros de pesquisa, assim como as instituições das demais áreas citadas, são considerados organizações sociais, ou seja, entidades públicas não-estatais – pessoas jurídicas de direito privado – sem fins

---

<sup>3</sup> MACHADO, Nilson José. O brasileiro como cidadão. **Folha de São Paulo**, 30/10/98.

lucrativos, podendo estabelecer “contratos de gestão”, que visam definir a formação de ‘parceria’ entre os setores público e privado.

Já existem alguns indicadores inquietantes da implementação dessa política, pelas distorções que ela possibilita na prática, seja através do chamado ‘contrato de gestão’, seja por meio de outros instrumentos legais.

Especificamente no que se refere à educação pública universitária, o contexto da reforma em curso pode ter efeitos devastadores, em seus diversos desdobramentos. A chave para a compreensão desses efeitos situa-se na fala do Ministro da Educação, já nos idos de 1996 quando, em entrevista à revista *Exame*, de 17 de julho/96, afirmava: “A sociedade não quer dar mais recursos para a Universidade”. E acrescentava: “Alguns países, como a Coréia, chegaram mesmo a ‘terceirizar’ a universidade. Seus melhores quadros vão estudar em escolas dos Estados Unidos e da Europa. Faz mais sentido do ponto de vista econômico”. O pressuposto que informa esta perspectiva encontra-se no texto da citada entrevista: é que “a ênfase no ensino universitário foi uma característica de um modelo econômico auto-sustentado, “desplugado” da economia mundial e hoje em estado de agonia terminal... Com a abertura e a globalização, “ a coisa muda de figura”. O acesso ao conhecimento fica facilitado, as associações e *joint-ventures* se encarregam de prover as empresas de países como o Brasil do *know how* que necessitam”.

MORAES<sup>4</sup> acentua o fato de que o exemplo é desastroso, não apenas pela crise financeira que devastou os chamados ‘tigres asiáticos’ no final de 1998, com o desmonte previsível dessa política de “terceirização” da universidade coreana, mas nos termos estritos da educação superior: “Temos perto de 1,5 milhão de universitários, num país de 150 milhões de habitantes. (...) Alguns dados interessantes sobre a Coréia: também 1,5 milhão de universitários, mas para uma população de 45 milhões. E é verdade que a Coréia envia estudantes para especializar-se no exterior. Para ser mais exato, tinha 90 mil bolsistas no exterior em 1990 (...) Naquele ano o Brasil tinha perto de 9 mil estudantes. Se o Ministro quiser ‘copiar’ o modelo coreano, vai se meter em dificuldades, até porque o Brasil talvez corte mais bolsas e verbas de pesquisa do que a Coréia...” Se considerarmos que a universidade pública

---

<sup>4</sup> MORAES, Reginaldo C. de. Universidade hoje – ensino, pesquisa e extensão. *Educação & Sociedade*, Campinas/SP, ano XIX, nº 63, agosto/1998.

no Brasil responde por mais de 70% das pesquisas em ciência e tecnologia no país, torna-se facilmente perceptível o impacto desse enfoque economicista particular em termos de gestão da pós-graduação.

No âmbito da UFMG, em especial, já se delineiam outros efeitos sobre a pesquisa, além do corte de bolsas e da redução de recursos das agências federais – CNPq, CAPES e FINEP – com impactos diretos sobre a pós-graduação. Os recursos desses três órgãos sofreram uma redução de R\$ 5 295 710,55 de 1997 para 1998<sup>5</sup>, configurando um quadro em que o total de recursos recebidos pela UFMG para pesquisas (gerenciados pela Fundep) sofreu um corte de quase um quarto dos recursos alocados em 1997.

Ainda no âmbito da UFMG, constata-se que a partir de 1995, quando se tornaram disponíveis dados e análises ‘confiáveis’<sup>6</sup>, os recursos orçamentários para o custeio e despesas com o pessoal da universidade mantiveram seu valor nominal estável, de cerca de R\$ 300 milhões anuais. Contudo, quando os valores são devidamente atualizados, constata-se que houve uma queda real de cerca de 10% no período de 95/98. No final deste último ano, o corte de recursos orçamentários destinados à UFMG já havia atingido um patamar de R\$ 1,5 milhão dos recursos inicialmente previstos, o que corresponde a um corte de 1/12. O orçamento para 1999 estabelece uma redução de 10% em relação ao de 1998 e de 20% em comparação com o de 1997. Isso significa que, se a emenda proposta pela ANDIFES e recomendada pelo relator, de um aporte de mais R\$ 76 milhões, não for aprovada, a Universidade se verá em dificuldades para gerir as suas despesas de custeio e de pessoal, mesmo que se considere o controle estrito que se exerce atualmente sobre tais despesas. Significa, ainda, que o aporte de cerca de R\$45 milhões anuais que as diversas unidades logram captar como recursos próprios (prestação de serviços, cursos, pesquisas “sob encomenda”, etc) e orçamentados como recursos da UFMG não seriam sequer suficientes para cobrir o déficit de custeio e pessoal, sem falar na manutenção das atuais despesas com pesquisas.

No que se refere às bolsas geridas diretamente pela Universidade – cerca de 1700 bolsas vinculadas ao PAD e ao Programa de Monitorias –

---

<sup>5</sup> Com base nos dados do Boletim da UFMG, de 20/1/99.

<sup>6</sup> Com base em entrevista com o Pró-Reitor de Planejamento, Prof. Roberto Freitas, em 27/1/99. Os dados citados a seguir têm a mesma fonte.

prevê-se a redução do montante de bolsas para cerca de 1 mil bolsas/ano, aumentando-se o valor da bolsa para valores próximos aos das bolsas concedidas pelo CNPq e FAPEMIG (cerca de 1 mil bolsas/ano também), o que representaria um total de, no máximo, 10% dos alunos da UFMG contemplados com bolsas de ensino e pesquisa.<sup>7</sup>

Retomando a avaliação mais global da crise, ARAÚJO (1998:6,7)<sup>8</sup> faz uma análise interessante das omissões deliberadas do governo ao explicar para a opinião pública as suas medidas, em particular as de ordem financeira e orçamentária. Segundo ela, as contas governamentais têm dois grandes blocos: as Despesas Não Financeiras (“que deduzidas do que se arrecada define o saldo primário”) e as Despesas Financeiras. O governo concentrou suas medidas nas despesas não financeiras, sequer citando as financeiras. Com esse viés, os juros altos não são rebaixados mas elevados e, contraditoriamente, tenta-se jogar sobre o funcionalismo público, os municípios e estados a responsabilidade pela crise e pelo saldo primário negativo. Para aumentar a receita tenta-se aumentar o imposto de renda do funcionalismo e cobrar dos inativos e pensionistas novas contribuições para a Previdência. Arrocham-se os esquemas de transferência de verbas para os estados e municípios, tidos como “perdulários”, entre outras iniciativas. Porém, segundo a autora, o que torna o saldo primário negativo não são as despesas não financeiras, mas as despesas financeiras. Medidas de tal envergadura visam gerar um excedente de recursos para ser transferido aos grandes aplicadores financeiros, os reais ganhadores com a crise nacional. A principal via de sangria nacional é o pagamento dos serviços da dívida pública, que saltou de R\$ 62 bilhões em 1994 para R\$ 350 bilhões em dezembro de 1998. O seu pagamento, segundo FHC, garantiria o atraimento do capital externo, mantendo as taxas de juros em níveis alarmantes

Contudo, o agravamento da crise em janeiro e a mudança da política cambial tornaram praticamente consensual a perspectiva de que se trata essencialmente de um problema de ordem financeira. Segundo

---

<sup>7</sup> A propósito dos impactos da crise na UFMG, assinalamos a contribuição da presidente da APUBH, profa. Laura Micolli, em entrevista no dia 25/1/99.

<sup>8</sup> ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Pacote fiscal – medidas injustas e ineficazes, **InformANDES**, n. 87, nov/1998.

ATTUCH<sup>9</sup>, “o país chegou a um déficit da ordem de 8% do PIB em 1998, o equivalente a cerca de R\$65 bilhões, dos quais quase R\$60 bilhões referiam-se a juros. A despeito da maior carga tributária da história e do fato de o país ter privatizado a maior parte dos seus ativos, o quadro fiscal deteriorou-se basicamente em função da política de juros usada para atrair capitais externos”.

Por outro lado, além do comprometimento de áreas vitais como saúde, educação e pesquisa, as medidas recentes apontam para uma brutal recessão, para o desemprego, reforçando a visão daqueles que prevêem tempos ainda mais sombrios para o país nos próximos meses e anos. É neste contexto que já perderam o emprego mais de 400.000 trabalhadores industriais, entre 95 e 98; o orçamento do Ministério da Saúde para 1999 é pouco mais da metade do montante destinado ao pagamento de juros e serviço da dívida, o próprio governo já reconhece um crescimento negativo do PIB nesse ano, que ficará em torno de 1%, de acordo com previsões “otimistas”.

O governo FHC quer nos fazer crer que suas medidas constituem a única alternativa para debelar a crise. No entanto, esse não é o caminho, nem mesmo entre países capitalistas centrais. SINGER (*idem*) afirma que a China, Taiwan e o Chile há muito controlam os fluxos de capital, sem com isso deixar de receber créditos e inversões estrangeiros e que mesmo pensadores econômicos liberais como Paul Krugman do MIT e Jadish Bhagwait da Universidade de Columbia já estão apontando novos rumos para a economia mundial que superam o modelo neoliberal. Outros analistas afirmam que Alemanha e França tentam também fugir do receituário neoliberal, depois de quase duas décadas de submissão às orientações americanas.

Apesar das perspectivas negativas, é preciso recordar sempre que um quadro nunca está completo antes que todos os seus agentes se coloquem em movimento. A mobilização social, particularmente dos setores mais atingidos pela medida ainda se faz aguardar e, sem dúvida, dará novos contornos ao cenário.

Antônia V.S. Aranha, Maria Laetitia Corrêa e Jaqueline M.T. Silva

---

<sup>9</sup> ATTUCH, Leonardo. O começo da solução, **Estado de Minas-Economia**, nº 10, fevereiro/1999.